



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**“JUSTIÇA ELEITORAL: TRANSPARÊNCIA, INCLUSÃO E INTEGRIDADE DO
PROCESSO”.**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E CHEFE DO ESTADO, POR OCASIÃO DO 3º
SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA CONFERÊNCIA DAS JURISDIÇÕES
CONSTITUCIONAIS DE ÁFRICA (CJCA).**

CIDADE DE MAPUTO, 14 DE OUTUBRO DE 2021

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional de Moçambique;

Venerandos Juízes Presidentes das Jurisdições Constitucionais de África;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com enorme satisfação que acolhemos no nosso País, o Terceiro Simpósio Internacional da Conferência das Jurisdições Constitucionais de África, subordinado ao tema ***“Justiça Eleitoral: Transparência, Inclusão e Integridade do Processo”***.

Queremos, por isso, saudar calorosamente todos os participantes neste evento que visa promover a justiça constitucional e o intercâmbio de experiências entre os órgãos membros da organização.

Uma palavra de apreço, vai para os quarenta e seis membros permanentes e aos três observadores da Conferência, bem como a todos os que nos acompanham neste momento, de forma directa ou de forma virtual, por causa das medidas de prevenção e combate à COVID-19.

Caros Participantes!

O Terceiro Simpósio Internacional da Conferência das Jurisdições Constitucionais de África (CJCA), realiza-se num momento particular para o país na medida em que, há sensivelmente 10 dias, no dia 4 de Outubro, celebrámos o Dia da Paz e Reconciliação e o Vigésimo Nono Aniversário da Assinatura do Acordo de Paz.

A implementação deste Acordo provocou mudanças em Moçambique, sendo de se destacar na organização do Estado e na Constituição da República.

A partir do Acordo Geral de Paz, produzimos a base legal para a constituição e registo de partidos políticos, introduzimos o processo de realização de eleições regulares, de cinco em cinco anos, sendo que os órgãos eleitos exercem o poder político de acordo com a duração dos mandatos previstos na Constituição da República.

A realização das primeiras eleições gerais multipartidárias, no dia 27 de Outubro de 1994, 2 anos após a assinatura do Acordo Geral de Paz, consagrou uma nova fórmula de participação política e de eleição dos representantes do Povo em Moçambique.

Desde então, foram realizados, ciclicamente, sem interrupção, todos os pleitos eleitorais previstos, respeitando a vontade dos moçambicanos.

Estes actos eleitorais foram antecidos de revisões sistemáticas da legislação eleitoral e de algum aprimoramento da própria Constituição da República, como veio a suceder em 2004 e com a revisão pontual de 2018.

Por isso, o tema escolhido para este evento “*Justiça eleitoral: transparência, inclusão e integridade do processo*” é de uma relevância assinalável pois, na actualidade, as eleições constituem o mecanismo democrático de acesso ao poder político, um exercício bastante dinâmico.

Neste sentido, o evento ganha uma importância ímpar pois, discutir a justiça eleitoral é reafirmar a validade de todas as premissas de um Estado de Direito e da participação política dos cidadãos na tomada de decisões fundamentais do seu Estado.

Venerandos Juízes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O processo eleitoral em Moçambique é baseado em dois eixos principais. Primeiro, no princípio da *inclusão e integração*, permitindo-se que os partidos políticos e os concorrentes que satisfaçam os requisitos pré-estabelecidos na legislação eleitoral participem do processo.

Segundo, pelo princípio da *transparência*, através da existência de órgãos específicos, a quem compete administrar o processo eleitoral, como é o caso da Comissão Nacional de Eleições, alicerçada pelo seu braço técnico, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral.

No nosso país, a Comissão Nacional de Eleições é um órgão constituído por membros indicados pela Assembleia da República, tendo em conta o princípio da proporcionalidade dos partidos com assento parlamentar.

Fazem, ainda, parte deste órgão membros provenientes da sociedade civil, salvaguardando a inclusão e integridade do processo.

Como forma de salvaguardar a independência, imparcialidade e responsabilidade dos gestores e dos órgãos de administração eleitoral, contribuindo desta forma para a lisura dos processos eleitorais, Moçambique tem estado a contar, ao longo da sua história democrática, com milhares de observadores nacionais e internacionais.

De igual forma, registamos com agrado o papel central desempenhado pelos órgãos de comunicação social e a cobertura que é dada pelos seus profissionais, com destaque para os jornalistas, que acompanham todo o processo eleitoral desde a submissão das candidaturas, as campanhas eleitorais, o dia da votação, os recursos interpostos, até ao dia da proclamação dos resultados.

No que concerne à justiça eleitoral, uma das garantias do processo eleitoral é a independência dos órgãos da administração eleitoral e o papel desempenhado pelos órgãos judiciais.

Neste contexto, maior destaque vai para o Conselho Constitucional que, à luz da nossa Lei Fundamental, compete administrar, em última instância, os recursos e as reclamações eleitorais, bem assim validar e proclamar os resultados eleitorais.

Entendemos, por isso, que os pleitos eleitorais no continente africano não devem constituir a base de conflitos pós-eleitorais, mas sim uma oportunidade de festa para o Povo que elegeu democraticamente os seus dirigentes.

Foi neste sentido que os Chefes de Estado Africanos, na Carta Constitutiva da União Africana, definiram como um dos objectivos da União *“promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governação”*.

E na Carta Africana da Democracia, reconhecemos a obrigação de *“promover a democracia, o princípio do Estado de Direito assim como os direitos humanos.”*

O mesmo instrumento estabelece que *“Os Estados consideram a participação popular, através do sufrágio universal como um direito inalienável dos povos”*.

É no âmbito destes princípios, comumente aceites em África, que devemos sempre reafirmar os postulados da Carta Constitutiva da União Africana e da Carta Africana da Democracia, condenando a utilização de meios ilegítimos e inconstitucionais para o acesso ao poder político.

Ilustres Participantes!

Apreciamos e reconhecemos o papel desempenhado pelas Jurisdições Constitucionais na defesa dos princípios democráticos e na garantia de eleições transparentes, justas e íntegras, através do seu papel de guardião da Constituição e das leis eleitorais.

Reconhecemos o papel que as jurisdições constitucionais africanas têm na promoção e disseminação dos valores universais e princípios do Estado de Direito, Democracia e Direitos Humanos consagrados no acto constitutivo da União Africana.

Por isso, estamos convictos de que o Conselho Constitucional, assim como os tribunais constitucionais e tribunais supremos aqui presentes têm um papel fundamental na difusão das Constituições da República de cada país africano junto dos seus cidadãos.

Para que essa missão seja cumprida com sucesso, recomendamos o recurso às línguas mais faladas localmente e a todos os meios de informação e comunicação, por forma a aprofundar a democracia.

As jurisdições constitucionais de África devem ter sempre presente que a constituição, enquanto lei fundamental, deve se posicionar como critério fundamental e limite de actuação de todas as entidades públicas e privadas.

Elas devem ser culturas de uma perspectiva que vai além do mero legalismo, primando-se por uma abordagem, que procura associar à norma os aspectos socio-culturais e os valores presentes de cada sociedade.

A justiça constitucional deve funcionar como última retaguarda da democracia e os seus juízes devem assumir o papel do activismo jurídico, visando expandir a sua função educativa para o público alvo, o Povo.

As jurisdições constitucionais devem garantir a participação popular na vida de cada Nação, aprimorando as práticas de boa governação, enquanto plataforma de “portas abertas”, transparência, inclusão, tendo como elemento central a dignidade da pessoa humana, pois os assuntos do Estado afectam a pessoa humana.

Queremos aproveitar a ocasião para saudar o Conselho Constitucional de Moçambique que, no próximo dia 3 de Novembro, celebra o seu Décimo Oitavo Aniversário.

A sua integração em fóruns de cooperação congéneres de África e do resto do mundo vai permitir a partilha de experiências para o aprofundamento da democracia moçambicana.

Congratulamo-lo, igualmente, pela participação neste importante evento das jurisdições constitucionais africanas, dos cidadãos moçambicanos e dos órgãos de gestão eleitoral, com vista a enriquecerem os debates e colherem mais experiências de outras geografias.

Caros Presentes!

Partilhamos a informação de que Moçambique é candidato a Membro Não Permanente do Conselho da Defesa e Segurança das Nações Unidas, endossado pela União Africana e pela SADC, pelo que, contamos com os vossos países para a decisão final, de modo a dar-nos a oportunidade de colocar as nossas experiências ao serviço da segurança e estabilidade mundial.

Permitam-me terminar a minha saudação, reafirmando o nosso comprometimento sufragado pela União Africana, através da Carta de Democracia, que define como um dos objectivos da União *“Promover e proteger a independência do poder judicial”*.

Esperamos que os debates sejam frutuosos e que se alcancem os objectivos traçados.

Desejamos a todos vós, que se deslocaram para o nosso país, uma boa estadia em Moçambique.

Muito obrigado pela atenção dispensada.